



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECLAMAÇÃO Nº 41206 - SP (2020/0327842-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECLAMANTE** : A G  
**ADVOGADOS** : SALVADOR LISERRE NETO - SP036974  
HELOISA MARIA MANARINI LISERRE NAJJAR - SP239085  
FAUAZ NAJJAR - SP275462  
**RECLAMADO** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
**INTERES.** : L A T DOS S G (MENOR)  
**REPR. POR** : M T DOS S

### **DECISÃO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por A. G. contra ato proferido pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Afirma o reclamante que "o recurso de agravo em recurso extraordinário, que por erro material teria de ser de agravo interno, acarretou a decisão de considerá-lo inexistente e, como consequência, certificou-se o trânsito em julgado do agravo em recurso especial, desconsiderando aplicar o princípio da fungibilidade e recebê-lo como agravo interno" (fl. 3).

Requer seja anulado "o v. acórdão que não reconheceu a fungibilidade do agravo em recurso extraordinário, recebendo-o como agravo interno e decidindo-o como de direito" (fl. 5).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pedido não se enquadra em nenhuma das hipóteses de competência do STJ previstas no art. 988 do CPC: I - preservar a competência do tribunal; II - garantir a autoridade de suas decisões; e III - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Cumprе ressaltar que é inviável o ajuizamento da reclamação como sucedâneo recursal.

Ante o exposto, não conheço da reclamação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.  
Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente